STJ00051269

*Coordenador*

VLADIMIR PASSOS DE FREITAS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA BIBLIOTECA

# CORREGEDORIAS DO PODER JUDICIÁRIO

CARLOS AUGUSTO DE MORAES REGO
CLÁUDIO LUIZ BUENO DE GODOY / EUGÊNIO FACHINNI NETO
GABRIEL DE OLIVEIRA CAVALCANTI FILHO
GILBERTO PINHEIRO / JOSÉ MAURÍCIO PINTO DE ALMEIDA
LUIS FELIPE SALOMÃO / LUIZ GONZAGA CHAVES
MÁRCIO RIBEIRO DO VALE / MARIA HELENA RAU DE SOUZA
NARCISO ORLANDI NETO
OCTAVIO AUGUSTO MACHADO DE BARROS FILHO
VLADIMIR PASSOS DE FREITAS

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS

STJ00051269

EX 3

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Corregedorias do poder judiciário / coordenador Vladimir Passos de Freitas. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2003.

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 85-203-2261-1

1. Corregedorias – Brasil 2. Poder judiciário – Brasil I. Freitas, Vladimir Passos de.

02-3146 CDU-347.992 (81)

**Índices para catálogo sistemático:** **1.** Brasil : Corregedorias : Poder judiciário : Direito processual 347.992 (81)

STJ00051269

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – Vladimir Passos de Freitas ..... 7

1. HISTÓRIA DA JUSTIÇA NO BRASIL. CORREGEDORIA, ASPECTOS HISTÓRICOS. CONTROLE DISCIPLINAR DA MAGISTRATURA. REFORMA CONSTITUCIONAL E CONSELHO NACIONAL DA MAGISTRATURA – Vladimir Passos de Freitas 17

   1.1 História da Justiça no Brasil ..... 17

      1.1.1 Período colonial ..... 17

      1.1.2 Independência ..... 21

      1.1.3 República ..... 23

      1.1.4 Influências de outros povos ..... 24

      1.1.5 Crises e suas conseqüências ..... 27

   1.2 Corregedoria, aspectos históricos ..... 27

   1.3 Controle disciplinar da magistratura ..... 33

      1.3.1 Controle interno da magistratura de primeiro grau ..... 33

      1.3.2 Controle interno da magistratura de segundo grau ..... 34

      1.3.3 Outras formas de controle interno ..... 36

      1.3.4 Controle externo ..... 37

      1.3.5 Código de Conduta Ética ..... 38

   1.4 Reforma constitucional. Conselho Nacional da Magistratura ..... 40

      1.4.1 A reforma constitucional do Poder Judiciário ..... 40

      1.4.2 Conselho Nacional da Magistratura ..... 42

   1.5 Considerações pessoais ..... 45

   Bibliografia ..... 47

2. O VITALICIAMENTO DE MAGISTRADOS E O JUIZ FORMADOR – José Maurício Pinto de Almeida ..... 50

   2.1 Introdução ..... 50

STJ00051269



2.2 A ausência de formação institucionalizada de magistrados no Brasil ..... 52
2.3 O aperfeiçoamento dos procedimentos de vitaliciamento pelas Corregedorias de Justiça ..... 54
2.4 O disciplinamento do procedimento de vitaliciamento no Paraná e o Juiz Formador ..... 56
Conclusão ..... 58
Bibliografia ..... 59
Anexo ..... 59

3. RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR DOS JUÍZES. CONTROLE INTERNO DA MAGISTRATURA – Cláudio Luiz Bueno de Godoy ..... 64

3.1 Introdução ..... 64
3.2 Responsabilidade do juiz ..... 66
3.2.1 Responsabilidade disciplinar ..... 73
3.3 Regime disciplinar do juiz ..... 76
3.3.1 Deveres do magistrado ..... 77
3.3.1.1 O dever de residência na comarca ..... 81
3.3.1.2 Inacumulabilidade de cargo ou função, salvo uma de magistério ..... 84
3.3.2 Sanções disciplinares ..... 88
3.3.2.1 Pena de demissão ..... 90
3.4 Prescrição ..... 93
3.5 Procedimento administrativo ..... 96
3.5.1 A sindicância ..... 98
3.5.2 O sigilo do procedimento ..... 99
3.5.3 Voluntário desligamento do serviço antes da imposição de sanção disciplinar ..... 100
Conclusão ..... 102
Bibliografia ..... 103

4. CORREGEDORIA NA JUSTIÇA FEDERAL – Maria Helena Rau de Souza ..... 107

4.1 Introdução ..... 107
4.2 Legislação e atos administrativos ..... 109

STJ00051269



4.3 A Corregedoria Geral ..... 112
4.4 O conteúdo da função corregedora ..... 114
4.4.1 A função de fiscalização ..... 115
4.4.2 A função disciplinar ..... 118
4.4.3 A função normativa ..... 120
4.4.4 A função administrativa stricto sensu ..... 121
4.4.5 Corregedoria na segunda instância ..... 122
Conclusão ..... 123
Bibliografia ..... 124
Anexo I ..... 124
Anexo II ..... 130
Anexo III ..... 135

5. CORREGEDORIA NA JUSTIÇA ELEITORAL – Gilberto Pinheiro .. 138
5.1 Introdução ..... 138
5.2 Papel da Corregedoria ..... 139
5.3 Inspeção e correição ..... 146
5.4 Uso indevido do poder econômico ..... 151
5.5 Desvio ou abuso de autoridade em benefício de candidato ou partido político ..... 156
5.6 Reclamação contra juízes eleitorais e TREs ..... 158
5.7 Reclamações contra escrivães e funcionários da justiça eleitoral ..... 160
5.8 Inelegibilidade dos candidatos ..... 161
Conclusão ..... 165
Bibliografia ..... 165

6. PAPEL DA AUDITORIA DE CORREIÇÃO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO – Carlos Augusto de Moraes Rego .. 167
6.1 Histórico ..... 167
6.2 O juiz auditor corregedor ..... 173
6.3 Da correição parcial ..... 177
6.4 Outras atribuições da Corregedoria ..... 184
6.4.1 Correições gerais ..... 184
6.4.2 Correições especiais ..... 190

STJ00051269



6.4.3 Correição nos autos findos ..... 191
6.4.4 O Sistema de Acompanhamento de Processos na Justiça Militar – SAM ..... 192
6.4.5 A avaliação dos magistrados em estágio probatório ..... 193
Conclusão ..... 195

7. CORREGEDORIA NA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL – Luiz Gonzaga Chaves ..... 197

7.1 Introdução ..... 197
7.2 Legislação ..... 198
7.3 Corregedoria na segunda instância. Corregedoria na primeira instância. Corregedoria da polícia ..... 201
7.3.1 Corregedoria na segunda instância ..... 201
7.3.2 Corregedoria na primeira instância ..... 204
7.3.2.1 Correição pela Corregedoria Geral ..... 204
7.3.2.2 Correição pelo juiz auditor corregedor permanente ..... 208
7.3.3 Corregedoria da polícia ..... 209
7.4 Juízes. Processo disciplinar ..... 212
7.5 Papel da Corregedoria na apuração do merecimento ..... 213
7.6 Servidores. Processo disciplinar ..... 214
7.7 Jurisprudência ..... 219
Bibliografia ..... 222

8. A FUNÇÃO CORREGEDORA NA JUSTIÇA DO TRABALHO – Márcio Ribeiro do Vale ..... 223

8.1 Generalidades ..... 223
8.2 Conceito ..... 224
8.3 Função corregedora – Espécies ..... 227
8.3.1 Correição permanente ..... 227
8.3.2 Correição ordinária ou geral ..... 227
8.3.3 Correição extraordinária ou parcial ..... 228
8.4 Correição ordinária ou geral ..... 228
8.4.1 Noções gerais ..... 228
8.5 Correição extraordinária ou parcial ..... 232
8.5.1 Conceito, origem histórica e previsão legal ..... 232

STJ00051269



8.5.2 Natureza jurídica da correição parcial – Recurso? ..... 235
8.5.3 Atos que podem gerar a correição parcial ..... 240
8.5.4 Normas procedimentais da correição parcial trabalhista. Recurso contra a decisão correicional ..... 242
8.5.5 Correição parcial e reclamação no TST ..... 244
8.5.6 Correição parcial e punição do magistrado ..... 246
8.5.7 Decisões correicionais – Casos práticos ..... 247
Conclusão ..... 248
Bibliografia ..... 249

9. PODER JUDICIÁRIO E A DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTROS – Cláudio Luiz Bueno de Godoy ... 251

9.1 Introdução ..... 251
9.2 A delegação dos serviços de notas e registros ..... 252
9.3 O poder delegante ..... 256
9.4 O concurso para outorga da delegação ..... 258
9.5 A extinção da delegação ..... 263
9.5.1 A aposentadoria do delegado ..... 264
9.5.2 A perda da delegação ..... 270
Conclusão ..... 275
Bibliografia ..... 275

10. CORREGEDORIA NA JUSTIÇA ESTADUAL: PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES DOS SERVIDORES DOS CARTÓRIOS JUDICIAIS – Luis Felipe Salomão ..... 277

10.1 Introdução ..... 277
10.2 Conceito de agentes públicos ..... 278
10.3 Os servidores públicos ..... 278
10.4 Direitos e deveres dos servidores públicos ..... 279
10.5 Servidores públicos da justiça ..... 279
10.5.1 Conceito ..... 279
10.5.2 Responsabilidade civil do servidor público da justiça ..... 281
10.5.3 Responsabilidade penal do servidor público da justiça ..... 282
10.5.4 Responsabilidade administrativa do servidor da justiça ..... 282
10.6 Meios sumários de punição e processo administrativo disciplinar ..... 283

STJ00051269



10.7 Jurisprudência selecionada ..... 287
Bibliografia ..... 290

11. ATIVIDADE CORREICIONAL NA JUSTIÇA ESTADUAL. CARTÓRIOS JUDICIAIS: ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E FISCALIZAÇÃO PERMANENTE POR PARTE DOS JUÍZES – Eugênio Fachinni Neto ..... 291

11.1 Introdução ..... 291
11.2 Organização cartorária ..... 294
11.2.1 Estrutura organizacional ..... 294
11.2.1.1 Cartórios estatizados ..... 295
11.2.1.2 Cartórios não estatizados ..... 299
11.2.2 Pessoal cartorário ..... 300
11.3 Funcionamento cartorário ..... 304
11.3.1 Cartórios cíveis ..... 305
11.3.2 Cartórios criminais ..... 307
11.4 Fiscalização permanente pelos juízes ..... 308
11.5 Fiscalização exercida pelo juiz de direito diretor do foro ..... 310
11.6 Fiscalização pela Corregedoria Geral da Justiça ..... 311
Bibliografia ..... 314

12. CORREGEDORIAS DA POLÍCIA JUDICIÁRIA E DOS PRESÍDIOS – Octavio Augusto Machado de Barros Filho ..... 315

12.1 Introdução ..... 315
12.2 Corregedoria da Polícia Judiciária ..... 316
12.3 Corregedoria dos presídios ..... 319
12.4 A questão da saúde nos estabelecimentos prisionais ..... 322
12.5 Observações finais ..... 323
Anexo ..... 324
Bibliografia ..... 331

13. SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO – Narciso Orlandi Neto . 332

13.1 Introdução ..... 333
13.1.1 Sistema anterior ..... 333
13.1.2 Sistema atual ..... 333
13.1.3 Natureza da atividade ..... 335
13.1.4 Juiz competente para a fiscalização – Terminologia ..... 335
13.1.5 Exercício da fiscalização – Correições ..... 336

STJ00051269



13.2 Organização dos serviços nas comarcas ..... 336
13.2.1 Tabelionatos de notas ..... 337
13.2.2 Tabelionatos de protesto ..... 337
13.2.3 Registro de imóveis ..... 338
13.2.4 Registro de Títulos e Documentos – RTD ..... 338
13.2.5 Registro civil das pessoas jurídicas ..... 339
13.2.6 Registro Civil das Pessoas Naturais e de interdições e tutelas ..... 339
13.2.7 Registro de Distribuição ..... 340
13.3 Corregedoria dos tabelionatos de notas ..... 340
13.3.1 Escrituras e procurações públicas e atas notariais ..... 341
13.3.2 Testamentos públicos e aprovação dos cerrados ..... 347
13.3.3 Reconhecimento de firmas ..... 347
13.3.4 Autenticação de cópias e expedição de certidões ..... 347
13.3.5 Selos de autenticidade ..... 348
13.4 Corregedoria dos tabelionatos de protesto de título ..... 348
13.4.1 Distribuição dos títulos entre os tabelionatos da comarca ..... 349
13.4.2 Protocolização dos títulos ..... 349
13.4.3 Intimações ..... 350
13.4.4 Retirada do título pelo apresentante e sustação judicial ..... 351
13.4.5 Pagamento ..... 352
13.4.6 Protesto ..... 352
13.4.7 Retificação e cancelamento ..... 353
13.4.8 Índice ..... 354
13.4.9 Certidões ..... 354
13.4.10 Arquivos obrigatórios ..... 354
13.5 Corregedoria do Registro de Imóveis ..... 355
13.5.1 Livro 1 – Protocolo ..... 355
13.5.2 Livro 2 – Registro Geral ..... 357
13.5.3 Livro 3 – Registro Auxiliar ..... 360
13.5.4 Livro 4 – Indicador Real ..... 360
13.5.5 Livro 5 – Indicador Pessoal ..... 361
13.5.6 Outros livros ..... 361
13.6 Corregedoria dos Serviços de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas ..... 362

STJ00051269



13.6.1 Registro de Títulos e Documentos ..... 362
13.6.1.1 Notificações ..... 364
13.6.1.2 Cancelamentos ..... 364
13.6.2 Registro Civil das Pessoas Jurídicas ..... 364
13.6.2.1 Livro A ..... 365
13.6.2.2 Livro B ..... 365
13.7 Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas ..... 366
13.7.1 Nascimentos ..... 367
13.7.2 Casamentos ..... 369
13.7.3 Óbitos ..... 369
13.7.4 Emancipação, interdição e ausência ..... 370
13.7.5 Comunicações obrigatórias ..... 370
13.8 Corregedoria dos Tabelionatos e dos Registros de Contratos Marítimos ..... 371
13.9 Corregedoria dos Registros de Distribuição ..... 372

14. CORREIÇÃO PARCIAL – Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho ... 374

14.1 Introdução ..... 374
14.2 Breve esboço histórico/legislação estrangeira ..... 376
14.3 Conceito ..... 378
14.4 Pressupostos e procedimentos ..... 379
14.4.1 Procedimentos ..... 381
14.5 Natureza jurídica e constitucionalidade ..... 382
14.5.1 Constitucionalidade ..... 385
14.6 Correição parcial e agravo de instrumento ..... 388
14.7 Correição parcial e fungibilidade ..... 390
14.8 Correição parcial e a independência do juiz ..... 391
14.9 Conclusão ..... 392
Bibliografia ..... 394